

CORREIO BASTIDORES

Leo Cabral



Ramagem saiu da lista de detidos pelo ICE

ICE tira foto de Alexandre Ramagem da lista de detidos

O ex-deputado federal Alexandre Ramagem foi solto e já está em casa com a família, na Flórida, nesta quarta-feira (15), dois dias após ter sido detido pelo ICE, o serviço de imigração dos Estados Unidos. A informação foi confirmada por agentes da Polícia Federal e por aliados bolsonaristas, como o blogueiro Allan dos Santos e o empresário Paulo Figueiredo, por meio das redes sociais. O nome de Ramagem, que antes constava nos registros do ICE e do condado de Orange, onde ocorreu a detenção, não aparece mais nos sistemas. Ramagem havia sido preso na segunda-feira (13) pelo serviço de imigração dos EUA. De acordo com o Departamento de Segurança Interna, ele estava com o visto de turista expirado, o que motivou a detenção.

Aliados comemoram a decisão

“Alexandre Ramagem está livre. Obrigado a todos que oraram. Obrigado ao presidente Trump e à sua administração”, afirmou o empresário Paulo Figueiredo, que disse ter participado do processo de liberação. Ele também negou o pagamento de fiança, alegando que a situação migratória do ex-deputado foi considerada regular e que não há processo criminal contra ele. O deputado Eduardo Bolsonaro igualmente se manifestou, agradecendo autoridades americanas e defendendo que Ramagem obtenha asilo no país.

Leo Cabral



Deputada quer que pacientes tenham tratamento adequado

Sistema para monitorar medicamentos

Considerado essencial no tratamento de quadros psicóticos, o Haloperidol (Haldol) não está disponível nas farmácias da rede pública e privada do Rio de Janeiro. E tanto pacientes quanto a classe médica não foram avisados, com antecedência, sobre a falta ou a descontinuação da produção do medicamento. Para evitar que situações como esta se repitam, a deputada federal Heloisa Helena (Rede-RJ) propôs projeto de lei que torna obrigatória a divulgação de informações sobre disponibilidade e previsão de descontinuidade de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Evitar interrupção de tratamentos

De acordo com o projeto, as indústrias farmacêuticas, laboratórios e distribuidores deverão comunicar ao Ministério da Saúde qualquer risco de descontinuidade ou redução de oferta de medicamentos essenciais, no prazo máximo de dez dias após a identificação do risco. Quem não cumprir as determinações poderá ser multado ou até impedido de participar de licitações e processos de aquisição de medicamentos pelo SUS.

Interdição de FHC

A Justiça de São Paulo autorizou, nesta quarta-feira (15), a interdição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), de 94 anos, após pedido apresentado por três de seus filhos — Paulo Henrique, Luciana e Beatriz — pelo avanço do Alzheimer, já em estágio avançado. FHC presidiu o Brasil entre 1995 e 2002.

Filho curador

A família e a Fundação FHC informaram que não irão se pronunciar sobre o caso, por se tratar de um tema de caráter estritamente pessoal. Com a decisão, Paulo Henrique Cardoso foi designado como curador provisório, ficando responsável por representar o pai em atos civis, além de administrar suas questões financeiras e patrimoniais.

Agravo do Alzheimer

Segundo o documento, o agravamento da doença tornou FHC incapaz de conduzir os atos da vida civil. A petição também destaca que os filhos já eram responsáveis por seus cuidados, o que foi corroborado por depoimentos de pessoas próximas à família.

Vaga no TCU

O Senado aprovou, nesta quarta-feira (15), a indicação do deputado Odair Cunha (PT-MG) para uma vaga no Tribunal de Contas da União (TCU), de responsabilidade da Câmara dos Deputados. A aprovação exigia maioria simples e foi confirmada com 50 votos favoráveis e 8 contrários. A nomeação ainda será promulgada pelo Congresso Nacional.

Aprovação

No Senado, líderes partidários orientaram pela aprovação, destacando o respeito à Câmara, prática comum nesses casos. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), parabenizou o indicado e desejou êxito na nova função. Odair Cunha assumirá a vaga deixada pelo ministro Aroldo Cedraz, que se aposentou.

Perfil

Deputado federal por Minas Gerais, Odair Cunha acumula 23 anos de atuação parlamentar. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Varginha, afirma ter atuado como procurador municipal, assessor e consultor jurídico em câmaras municipais do estado. Também foi secretário de Estado de Governo na gestão de Fernando Pimentel (PT).



Gilmar reage ao relatório de Alessandro Vieira

Gilmar pede ação contra Alessandro Vieira

Medida ocorre após relatório indiciando ministro

Por Gabriela Gallo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes acionou, na noite desta quarta-feira (15), a Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitando uma investigação contra o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) por suposto abuso de autoridade.

A determinação do magistrado foi protocolada um dia após o senador, que foi o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou as atuações do crime organizado no país, divulgar um relatório que determinava o indiciamento de Gilmar Mendes e dos ministros do STF Alexandre de Moraes e Dias Toffoli por suposto envolvimento dos ministros no caso do Banco Master. Vieira pediu também o indiciamento do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Em sua manifestação, o decano da Suprema Corte afirmou que o relatório final da comissão desviou da finalidade de focar no crime organizado no país e usou de um “jogo de palavras” para acusar os magistrados.

“Ao arrear desse espectro temático [da CPI], que, malgrado relevante, revelou-se demasiadamente amplo, o senador relator da CPI do Crime Organizado apresentou minuta de Relatório Final em 14/04/2026 valendo-se arditosamente de rudimentar jogo de palavras para intentar

[formular um pedido jurídico para] viabilizar indevido indiciamento do requerente em razão de suposto cometimento de crime de responsabilidade”, escreveu Mendes.

Por meio de suas redes sociais, o senador Alessandro Vieira se manifestou calmo e que responderá às acusações do ministro do STF com todo o rigor técnico e jurídico. “A representação apresentada pelo ministro Gilmar Mendes, na condição de suposta vítima de abuso, será respondida com absoluta tranquilidade e dentro do rigor técnico devido. É cristalino que um senador, ao manifestar sua avaliação jurídica sobre fatos concretos em voto proferido no âmbito de uma CPI, não comete abuso de autoridade e está resguardado pela imunidade parlamentar. Ameaças e tentativas de constrangimento não vão mudar o curso da história”, escreveu o senador.

Antes mesmo do indiciamento do decano do STF, Alessandro Vieira já tinha manifestado que não temia as acusações do ministro, e não se arrepende de seu relatório. “Não teve ofensa, não teve abuso, não teve nada disso. O que nós tivemos foi uma análise técnica, que é de autonomia do relator. O relatório foi construído com muito cuidado. As pessoas têm dificuldade, às vezes, para compreender o que é responsabilidade, o que é equilíbrio comum”.